

ANC. 1. 2

07 JAN 1988

FOLHA DE SÃO PAULO



Anc



A Arena dá a volta por cima

São Paulo

A velha Arena (Aliança Renovadora Nacional), que chegou a ser, na visão de seu então presidente, Francelino Pereira, "o maior partido do Ocidente", não está morta. Ao contrário, goza de boa saúde e prepara-se para assumir de vez o comando político do governo.

A pequena reforma ministerial que o presidente José Sarney fará logo, em função da saída do ministro do Planejamento, Aníbal Teixeira, para disputar a Prefeitura de Belo Horizonte, deve levar o atual chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, ao Planejamento, deixando o lugar para um de dois ilustres ex-arenistas: Antônio Carlos Magalhães, hoje ministro das Comunicações, ou Prisco Viana, ministro de Habitação, Urbanismo e Meio Ambiente.

Com Sarney, que foi presidente do PDS, completa-se o quadro de "arenização" de um governo que nasceu sob o slogan de "Nova República".

Essa perspectiva torna dispensável a decisão que o PMDB engatilha há muito tempo e nunca concretiza, qual seja a de romper com o governo. Será o governo que

tomará a iniciativa de romper com o PMDB, "arenizando" o seu núcleo mais político.

De certa forma, um sinal nessa direção já foi dado com a confirmação de Mailson da Nóbrega no Ministério da Fazenda. O novo ministro não tem qualquer laço com o PMDB, mas trabalhou com a equipe do então ministro Delfim Netto, ainda hoje no PDS, o sucedâneo da Arena.

Há, nessa alteração em preparativos, uma vantagem: dá mais nitidez ao cenário. Sabe-se o que foi e o que fez a Arena, mas nunca se chegou a entender direito para onde pretendiam ir, de mãos mais ou menos dadas, o PMDB e o presidente Sarney. Agora, pelo menos, sabe-se para onde quer ir o presidente, o que não deixa ao PMDB outro caminho que não seja o da oposição.

Mas há um passa-moleque nítido nesse jogo: o eleitorado, em sucessivas manifestações, desde 1982, não autorizou a Arena ou qualquer contrafação dela a assumir o poder. Mas Brasil é Brasil. Clóvis Rossi

Fofocas, intrigas e ministros

Brasília

A frigideira do Palácio do Planalto volta a funcionar e, desta vez, está na mira do ministro do Planejamento, Aníbal Teixeira, possível candidato à Prefeitura de Belo Horizonte. A partir daí, seria desfechada mudanças em pontos vitais do governo, envolvendo o Gabinete Civil. A bolsa de apostas fervilhava ontem em Brasília, indicando que o ministro Ronaldo Costa Couto iria para a Seplan e, em seu lugar, Prisco Viana ou Antônio Carlos Magalhães.

Pelas habituais fontes de informação do Congresso e, em especial do Palácio do Planalto, atentas às intrigas, fofocas e eventuais frituras, indicava-se como inevitável uma mexida no primeiro escalão. "Fantasia", rebate Costa Couto sobre sua possível transferência para o Ministério do Planejamento. O ministro Antônio Carlos, cercado de boatos, tenta desfazer as especulações em torno de sua ida ao Palácio do Planalto, instalando-se no poderoso 4º andar.

Faz parte da estratégia presidencial dar a imagem de um governo independente, autônomo, sem conveniências partidárias. Não é

sem motivo, portanto, que Prisco Viana e Antônio Carlos tornaram-se os principais articuladores políticos do governo, cuja estrela cresceu na razão direta do afastamento do PMDB e das indefinições do PFL.

Não faltarão apostas em torno de ministeriáveis, algo habitual numa cidade com especial apreço pela fofoca, onde a imaginação é fértil — aliás, não menos férteis foram as versões sobre os motivos que teriam levado Fernando Milliet, já fora do Banco Central, com substituto, Silveira de Miranda, convidado a permanecer. Maldades brasilienses à parte, por trás da boataria sobre a "nova" reforma ministerial, existe algo de concreto, palpável: forçado pelo isolamento, Sarney vem optando pelos seus ex-companheiros do PDS, como Antônio Carlos ou Prisco Viana. Curioso destino: ambos, no antigo regime, não tiveram sorte no partido, agarrados em candidaturas frustradas à Presidência como Mário Andreazza ou Paulo Maluf. Gilberto Dimenstein

Matérias de coerência

Rio de Janeiro

O general Leonidas Pires aproveitou a cerimônia de posse do novo titular do Comando Militar do Nordeste para intervir, mais uma vez, em matéria institucional.

O hábito se lhe arraigou desde aquele dia, não muito distante, em que se erigiu intérprete da Constituição outorgada, sentenciando quem deveria ou não tomar posse, em face da doença de Tancredo Neves. Animado pelo êxito, não teve mais língua a medir. Sobre tudo opina, seja matéria industrial, jurídica, educacional, militar ou política. Parece um candidato em campanha, embora sem convite de qualquer partido e talvez sem votos suficientes para eleger-se vereador em sua terra natal.

Como pisava em ramo verde, o general alegou que falava como ministro de Estado, emitindo opiniões pessoais. Mera desculpa, pois estava em importante cerimônia militar e sua opinião só ganha auditório pelo cargo que ocupa. Fosse ele ministro de alguma pasta civil ninguém lhe daria ouvidos.

Do que disse, há duas coisas a comentar. A primeira, positiva, foi o reconhecimento de que possui a Constituinte competência soberana necessária para decidir sobre o mandato presidencial (e, agora, dr. Saulo Ramos?) e, a segunda, que era a que o ministro queria mesmo divulgar, a tese de que "para ser bem coerente" aquela assembléia, se mar-

car pleito presidencial neste ano, deverá decidir por eleições gerais.

Em matéria de coerência e de lógica o ministro anda mal, embora suponha o contrário. Todos os governadores estaduais, prefeitos, congressistas, integrantes das Assembléias Legislativas e, por fim, vereadores foram escolhidos em eleições diretas. Só o presidente da República, ex-mero suplente executivo, apelidado de vice, foge à norma, como produto de uma eleição indireta. A coerência exige, pois, que esse cargo se enquadre na regra geral, reclamada por todo o país, sem que para isso necessariamente tenha que haver reescolha para os demais postos.

O tema defendido por Leonidas Pires é peça de manobra que visa a criar um clima de crise para impedir a melhor decisão sobre o mandato de Sarney, pois é mais que sabido que deputados, senadores e governadores não pretendem por suas cabeças a prêmio. Se a Constituinte quiser eleições gerais, muito bem. Se não, não. E a coerência do general deveria resumir-se à disciplina militar prestante que, como lembrou o poeta, não se aprende na fantasia. Nem se tempera na ambição. Newton Rodrigues